

ASSOCIATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES SOBRE UMA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS NO INTERIOR PAULISTA

Licia Nara FAGOTTI¹

RESUMO: Este artigo, fruto de uma pesquisa de mestrado realizada entre produtores rurais do município de Taquaritinga do interior paulista, pretende apresentar os novos arranjos, alianças e conflitos que surgem do encontro entre dois tipos de “agentes” sociais no âmbito das associações de produtores rurais da agricultura familiar. A título de análise denominamos “agentes” os produtores rurais associados e o Estado enquanto um fomentador do associativismo como condicionalidade de participação nas políticas públicas de incentivo à produção familiar. Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa consiste em entender – de maneira contextualizada - os agentes e as formas de produção que, não raro, conectam-se às novas políticas públicas provenientes de diferentes escalas governamentais. Nesse sentido, mediante pesquisas anteriormente realizadas com produtores na região central do interior paulista, entendemos que tais agentes se caracterizam pela mobilização de processos de comunicação e de cooperação para a construção de possibilidades políticas, sociais, econômicas e simbólicas.

Palavras-chave: Associativismo. Agricultura familiar. Cooperação. Políticas públicas.

Introdução

Atualmente, os pesquisadores que se dedicam às investigações do meio rural brasileiro deparam-se com novas formas de ocupação espacial e laboral, e conseqüentemente têm mobilizado, a partir disso, novas formas de pensar metodologicamente e analiticamente as relações sociais que ocorrem no campo. Estas mudanças ocorrem a partir dos desafios colocados pelas transformações na atividade agrícola depois da implantação dos chamados “pacotes verdes”, juntamente com os novos temas sobre a reestruturação das economias capitalistas, o comércio de “commodities” agrícolas, a constituição do sistema internacional de *agri-food*, as análises das classes sociais na agricultura e as problemáticas ambientais.

Cabe apontar que a presente proposta de análise acompanha os desdobramentos da emergência de um “novo tipo de sociologia rural” que iniciou suas atividades na década de 90 do século XX, incitando debates do que se têm chamado de “novas ruralidades”, sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e os fatores para a persistência da forma familiar de produção. Emerge com o objetivo de debater e entender mais as relações sociais

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. liciafagotti@gmail.com.

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

na agricultura e menos a difusão de novas tecnologias e análises psicocomportamentais dos agentes do campo, como foi outrora, na tradicional sociologia rural.

Nesse sentido, parto do pressuposto de que os pequenos e médios produtores não exercem o papel residual perante as grandes produções, tratando-se então de compreender a subjetividade dos agentes e suas interações com processos macrosociológicos². A partir disso, coloco em diálogo as discussões teóricas que versam sobre o cooperativismo e o associativismo com o processo de formação da organização de produtores familiares de Taquaritinga (SP), e as relações institucionais estabelecidas entre esta e o Estado brasileiro por meio da co-gestão. Desta forma, reflito e debato sobre as formas de organização da sociedade civil, privilegiando o debate sobre o modelo associativista, especialmente no que se refere às particularidades de organizações formadas por produtores rurais.

Para isso, contextualizo necessariamente as ações considerando seus agentes, o projeto coletivo e os individuais e as redes em que se articulam para apreender o nível de protagonismo e as possíveis mudanças decorrentes. Considero também, a questão mais eminente na pesquisa de campo realizada: o associativismo e sua legitimação via políticas públicas de desenvolvimento como modelo organizativo. Diante deste contexto debruço-me sobre as formas de organização associativa estabelecidas por um grupo formado de pequenos e médios produtores familiares de olerícolas que adquiriram suas propriedades por forma de compra ou herança.³

O conceito de associativismo contempla diferentes modalidades de organização coletiva, como por exemplo, o sindicalismo, o cooperativismo, as organizações não-governamentais, e outras. Como dito, no Brasil o associativismo, especificamente entre os produtores rurais, se intensifica nos anos de 1980 em decorrência da crise econômica que fragilizou o funcionamento do modelo cooperativista nos moldes em que os produtores rurais (majoritariamente) poderiam participar. Nesse sentido, o distanciamento do modelo cooperativista das necessidades dos pequenos produtores fez com que estes grupos buscassem outros sistemas de organização coletiva, e, a partir do final dos anos 1980 intensificados por

² A noção de agente social com a qual propus debater e ancorar esta pesquisa consiste na premissa de que indivíduos ou coletividades, pessoas, classes, ou instituições, disputam entre si alguma coisa de interesse comum. Dessa forma o agente “age” e disputa dentro do seu campo de interesse. Nesse sentido, alinho-me a uma análise relacional, dinâmica e não-estática dos agentes envolvidos na realidade observada.

³ A temática da agricultura familiar foi colocada nesta pesquisa a partir do momento em que os agentes/grupo observado entendem-se e colocam-se enquanto tais. Além disso, são reconhecidos institucionalmente como agricultores familiares, pois todos têm a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento indispensável para acesso a essa modalidade de crédito. É de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a sua emissão é realizada pelo INCRA e órgãos conveniados, tais como as empresas de assistência técnica. Para maiores informações sobre a DAP, acessar: <<http://dap.mda.gov.br/>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

estímulos governamentais impulsionam a formação de associações por meio de políticas públicas e por uma rede institucional.

Como dito, a organização coletiva de produtores rurais no Brasil relaciona-se em larga medida com as cooperativas agrícolas que foram de saída uma forma expressiva de organização social deste segmento e que antecedeu o modelo associativo. O cooperativismo constitui um fenômeno de organização coletiva característica das sociedades contemporâneas, sendo o surgimento das primeiras experiências datadas do início do século XIX, localizadas na Alemanha e Inglaterra (RECH, 2000). As primeiras experiências cooperativas expressavam, além de novos pressupostos de organização social, os embates teóricos reflexos da sociedade do século XIX: a disputa entre perspectiva socialista e a perspectiva capitalista. Em linhas gerais, a perspectiva teórica e empírica socialista compreendia o cooperativismo como uma nova forma de se estabelecer uma ordem econômica e social configurando-se num meio para a “libertação do capital”. A perspectiva capitalista do fenômeno cooperativo consiste em entendê-lo e reproduzi-lo como um meio de corrigir as “falhas do capitalismo” e atenuar suas contradições. É interessante notar como no Brasil as experiências cooperativas foram atreladas a uma política de estado, se observarmos alguns decretos-leis (BRASIL, 1966; BRASIL, 1971; Art. 174 da Constituição da República Federativa de 1988).

Essa tradição do estado brasileiro de direcionamento/incentivo ao cooperativismo e ao associativismo – organizações que em tese acontecem a partir da associação entre indivíduos em torno de um (s) mesmo (s) objetivo (s) ou uma ideia – incitou um “ethos” cooperativo/associativo específico brasileiro. Algumas análises sobre a imbricação entre processos de cooperação/associação e incentivo/direcionamento do Estado sugerem uma participação instrumental dos agentes ao mesmo passo em que reforça o sentimento de identidade e de pertencimento, mas sem a participação real na organização coletiva, tendo como hipótese que o cooperativismo institucionalizado permeia a reprodução dos interesses hegemônicos que pairam sobre o espaço de relações dos agentes do campo (SCOPINHO; MELO, 2015)⁴.

O que aproxima o associativismo do cooperativismo são seus princípios fundadores de autogestão e propriedade coletiva dos empreendimentos. Segundo a Cartilha do Associativismo (BRASIL, 2008), o associativismo é uma forma de participação social por meio da atuação coletiva. No Brasil, o debate apresenta-se, não raramente, dicotômico: o

⁴ No caso do estudo citado, as experiências autogestionárias referem-se a assentamentos rurais nas quais os assentados convivem com uma série de dificuldades para a sobrevivência dessas organizações, principalmente dificuldades de participação real na gestão coletiva – que a priori é uma característica fundamental de uma cooperativa ou associação.

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

cooperativismo *autêntico*, apoiado pelo movimento da Economia Solidária⁵, comendo a defesa de princípios autogestionários e de emancipação dos trabalhadores; e o cooperativismo *tradicional*, que se apresenta formalmente representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), orientado amplamente pelos princípios de mercado por meio de organização social (LIMA, 2009). Neste trabalho, distancio-me das interpretações categóricas e dicotômicas acerca do cooperativismo e do associativismo, que os compreendem como processos de alienação travestidos de emancipação dos trabalhadores. Proponho acompanhar uma linha intermediária de interpretação desses processos.

O cenário de crise econômica e política de 1980 fez com que as primeiras cooperativas agrícolas brasileiras, como é o caso das cooperativas Agrícola Cotia e Sul Brasil, reduzissem paulatinamente o número de cooperados até serem extintas. Esse cenário configurou condições propícias para que o modelo associativo emergisse como uma forma de organização social mais adequada às demandas dos produtores. Em relação ao contexto social e político, a combinação entre processo de abertura democrática do país e a crise econômica causou uma explosão de demandas com a retomada da expressão da sociedade civil pelo alargamento da pluralização dos espaços associativos e dos espaços da política.

A multiplicidade das formas de trabalho associado coloca a necessidade de pensar as categorias dicotômicas para além das antigas divisões, conectando-as com os fundamentos micro e macro da ação, considerando também os aspectos estruturais e a complexificação dos processos de individualização que a modernidade, as sociedades industriais e as pós-industriais sugerem aos indivíduos. Por que os indivíduos agem coletivamente? Qual o sentido da ação? Essas questões têm propiciado ampla discussão nas ciências sociais, especialmente na sociologia e na ciência política. Como compreender ações coletivas que se espalham pela trama social e que articulam interesses individuais e coletivos num contexto de crescente individualização da sociedade moderna, na qual os indivíduos mostram-se cada vez mais atomizados, transformando-se em uma unidade referencial do social? Em que condições tais ações acontecem?

Nos últimos anos, as questões sobre os processos de associativismo e cooperativismo têm-se constituído como objeto de interesse de diversos agentes privados e públicos bastante

⁵ Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2015) a economia solidária difere-se da economia tradicional na medida em que não separa os proprietários dos meios de produção dos trabalhadores. Alguns exemplos de experiências comuns de economia solidária são associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras. Além disso, alguns princípios da economia solidária são: cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade.

diferenciados quanto às metodologias, às ênfases temáticas e à abrangência geográfica. A redemocratização do país, a revitalização política e a expansão econômica sugeriram novos aspectos sociais, econômicos e ambientais às mais diversas instâncias sociais, e como consequência disso, emergem programas e políticas públicas de incentivo às práticas associativas entre pequenos e médios produtores rurais.⁶ Atualmente observam-se outros setores da sociedade participantes desse processo, como as Universidades, que promovem o desenvolvimento de projetos de extensão e disseminam práticas produtivas de economia solidária.⁷

Alguns estudos avaliaram os impactos desses programas e os resultados, em linhas gerais, mostram que o associativismo, enquanto condição de ingresso estimula a formação de ações organizativas na busca por construir esquemas de garantia de crédito, de compras públicas, e também no auxílio das atividades burocrático-administrativas decorrentes da participação nestes programas.

Dessa forma, cria-se pouco a pouco uma rede de agentes (estatais, organizações não-governamentais, ativistas, etc) envolvendo sindicatos, extensionistas, prefeituras, secretarias, etc. As pesquisas também apontam fatores que influenciam negativamente no processo de desenvolvimento e efetividade desses programas, como, por exemplo, a falta ou baixa qualidade da assistência técnica; dificuldade no gerenciamento dos recursos de crédito; falta de visão sistêmica dos técnicos; falta de integração nos mercados; de estrutura de comercialização e de agregação de valor, dentre outros. Essas evidências convergem para a realidade observada nesta pesquisa e, por isso, discutiremos adiante essas e outras problemáticas. Neste texto, descrevo e analiso as ações realizadas para o desenvolvimento do associativismo, destacando os limites e as possibilidades para tal prática.

Procedimentos e técnicas de pesquisa

Com o objetivo de pormenorizar as formas de organização social dos pequenos e médios produtores rurais inserindo-as no debate sobre as novas formas de fazer economia e

⁶Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 1955; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003; Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) em 2011, dentre outros.

⁷Verifiquei por meio de contato com as experiências na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (Numi-EcoSol-UFSCar) e também a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (Incoop). Em Araraquara existe a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unesp de Araraquara (Inconesp).

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

política por meio da ampliação da participação dos agentes no processo produtivo, o levantamento de dados foi realizado em fonte primária a partir de entrevistas com os produtores e demais agentes locais, em particular com responsáveis pelas Coordenadorias de Assistência Técnica e Integradas (CATIs locais). A partir disso, foram elaborados roteiros de entrevistas semi-estruturadas e questionários fechados baseados em informações prévias produzidas em incursões pré-campo com o objetivo de construir os dados e de revelar as atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores das regiões estudadas. Ou seja, a pesquisa de campo compôs o estudo dos grupos de produtores familiares bem como as instituições públicas e privadas que vêm participando da organização e desenvolvimento de parcerias e de mudanças voltadas à produção e a gestão desse setor produtivo.

Algumas informações foram utilizadas a partir de observações e percepções sugeridas nas entrevistas, ou seja, questões interessantes para a pesquisa que não estavam contempladas no roteiro. Optei por realizar entrevistas, questionários e observações de campo como uma forma de “triangular” os dados para que deste modo, por meio de diferentes perspectivas, pudesse extrair diferentes representações e interpretações que se aproximassem ao máximo da realidade da associação. O tema proposto suscitou também o levantamento de referenciais teóricos acerca de conceitos e temas diversos como: o associativismo e o cooperativismo, a questão do Estado, desenvolvimento local e territorial, dentre outros.

A pesquisa privilegiou o método qualitativo, levando em conta também a análise de dados quantitativos construídos a partir da pesquisa de campo por meio de técnicas estatísticas básicas. Como dito anteriormente, a pesquisa de campo deu-se de duas formas: A primeira fase consistiu em entrevistas norteadas por um roteiro de 50 perguntas a fim de revelar o perfil dos produtores familiares, bem como a participação de outros membros da família na produção e entender a relação desses dados com a participação em associações, as motivações e os sentidos. Foram realizadas perguntas referentes à organização, à produção e ao significado de estarem inseridos em associações.

Em um segundo momento, o questionário teve como foco principal entender o histórico dos produtores com as associações, buscando compreender a contribuição do trabalho associado para a produção familiar a partir da perspectiva dos agentes entrevistados, a fim de traçar o perfil e entender as motivações. No que se refere à escolha dos produtores entrevistados, foram selecionados de acordo com a relação destes com as associações e de acordo com a rede de informantes levantadas por meio de interações estabelecidas com alguns desses agentes em participação em pesquisa anterior, além da disponibilidade e abertura dos agentes em conceder a entrevista.

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

A pesquisa também possivelmente compreende a genealogia desse novo agente social capaz de mobilizar ação, e, portanto, trabalho com capacidade organizativa que arregimenta características dispersas pelo território em prol do desenvolvimento individual e coletivo. Buscarei entender e debater com autores e temas que versam sobre essa nova materialidade produtiva: organização do trabalho, alternativas de renda, desenvolvimento local, alternativas produtivas e modelos diferenciados, cooperação, resistência produtiva, comunicação, dentre outros. Temas que me vinculam inclusive ao debate sobre a nova organização ou configuração do capitalismo entendido neste recorte como capitalismo cognitivo e de trabalho imaterial (GORZ, 2003).

A Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Taquaritinga (SP)

Como já mencionado anteriormente, trataremos aqui da experiência observada da Associação de Produtores da Agricultura Familiar de Taquaritinga (APRAFT), composta por 19 associados (quantidade que se manteve no decorrer da pesquisa). A APRAFT foi fundada no ano de 2013, com 15 associados à época. Formou-se a partir de relações de interconhecimento entre produtores familiares do município de Taquaritinga (SP), impulsionados, principalmente, por produtores já associados em outras organizações coletivas. A associação serviu para ampliar as possibilidades de comercialização dos agricultores familiares, visto que estes se veem constantemente em uma situação desfavorável diante de atravessadores (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), por exemplo) e de desvalorização dos compradores locais (mercados, varejões, feiras, etc). A escolha da APRAFT como lócus empírico da pesquisa considerou o objetivo de apreender a relação entre a percepção dos produtores em relação ao processo associativo e o funcionamento da associação, e entender *se* e *como* o associativismo influencia o cenário econômico, político, social e cultural da região.

São pequenos produtores de olerícolas⁸ definidos pelo módulo municipal que no caso de Taquaritinga corresponde a 1 a 4 módulos fiscais (14-56 ha), circunscrevendo os produtores observados no âmbito do que se convencionou chamar de agricultura familiar. A Associação está desenvolvendo suas atividades em torno do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa Paulista da Agricultura de

⁸ Cultivo de plantas de consistência herbácea, de ciclo curto e necessidade de cuidados intensivos, utilizadas na alimentação humana, sem exigir industrialização prévia.

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

Interesse Social (PPAIS)⁹, além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o programa estadual Microbacias Hidrográficas II.

A associação localiza-se no município de Taquaritinga (SP), na microrregião de Jaboticabal e na região de governo de Araraquara. Na microrregião de Jaboticabal existem nove mil trezentos e sessenta e três (9.363) unidades de produção agrícola sendo que em quatro mil quinhentos e vinte (4.520) existe produção da cana-de-açúcar, pasto de maior expressividade nas regiões vizinhas (SÃO PAULO, 2007). O município de Taquaritinga é o que mais concentra número de unidades de produção agrícola, dentre os municípios que compõe a região de governo de Araraquara (Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiju). Pequenos e médios produtores expressam um grupo significativo nas regiões de estudo, segundo o LUPA (SÃO PAULO, 2007), indicando um contexto territorial de forte hegemonia do agronegócio.

Ainda assim, desenvolvem-se na região, em menor ocorrência, pequenos empreendimentos especializados que contribuem para a configuração de uma nova ruralidade nesses municípios. Constataram-se também relações de interdependência entre esses diferentes modos de produzir, sendo que por vezes o plantio de cana-de-açúcar funciona como garantia financeira e permite que os produtores invistam em outras atividades. Nesse quadro, o associativismo termina por ser uma dinâmica estratégica da sobrevivência da agricultura familiar e da produção de alimentos no rural paulista.

Dados de campo demonstram que 78,5% dos produtores entrevistados desenvolvem suas atividades em parceria com outros agentes, sendo que em 100% desses casos isso se dá entre os membros da própria família. Tais dados, além de inserirem os agentes no âmbito da agricultura familiar, expressam a possibilidade desses agentes trabalharem por meio de laços de reciprocidade, de confiança e de cooperação, que, no caso específico estudado, são concretizados ou enriquecidos via associações. Essas informações são importantes, pois apontam para realidades diferentes da visão recorrente de que agricultores familiares são desmobilizados e fatalmente marginalizados pelo processo de urbanização.¹⁰

⁹ Ação do Governo do Estado de São Paulo que visa estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar

¹⁰ O Censo Agropecuário de 1996, por exemplo, revelou o baixo nível organizacional e a predominância do trabalho familiar individual, conquanto, dez anos depois com a promulgação da Lei ° 11.326 estabeleceram-se marcos legais e diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

Em relação à distribuição por sexo, dos 19 produtores entrevistados¹¹ 16 são do sexo masculino, o que equivale a 84,3% dos produtores, sendo que o sexo feminino representa 15,7% desse total. Segundo um estudo do Sebrae (2012) tendo como base os dados do Censo 2006 produzido pelo IBGE, 87,3% dos produtores rurais (incluindo pescadores) são do sexo masculino e 12,7% são do sexo feminino, e especificamente no estado de São Paulo 91% são do sexo masculino e 9% do sexo feminino. No caso da presente pesquisa, 16 dos 19 produtores observados são do gênero masculino e respondem enquanto “dirigentes” da produção, ainda que em 10 casos existe participação feminina (esposas e/ou mães) nas atividades produtivas. Isso pode denotar, entre outras coisas, que o trabalho feminino é reconhecido pelos dirigentes - na medida em que estes declaram verbalmente a participação das mulheres na produção - estas não estavam presentes para responderem por si. Embora essas mulheres produtoras exerçam e participem das tarefas agrícolas, suas posições na hierarquia familiar não estão modificadas na medida em que aparecem em uma posição de “auxiliar” ao dirigente da propriedade.

Em relação à idade dos produtores associados, a maioria concentra-se na faixa entre 35 a 46 anos, sendo que a idade mínima é 25 e a máxima 66 anos. No âmbito desta pesquisa, a faixa etária que apresenta maior quantidade de produtores (36-45 anos) ocupa 36,8% do total, seguida da segunda maior quantidade (46-55 anos), ocupando 21,05% do total. No contexto brasileiro, o processo de envelhecimento do campo, concentra-se principalmente na região Nordeste, onde 50% da população rural tem mais de 65 anos, seguida da região Sudeste que concentra 20% desta população (SEBRAE, 2012). Observa-se que 10 dos 19 apresentam preponderância no ensino superior e 8 dos 19 no ensino médio, diferentemente das proporções dos dados nacionais publicados pela pesquisa do Sebrae (2012) e pelo Censo Agropecuário (BRASIL, 2006)¹² que apresentaram a concentração de 37% de produtores analfabetos e 43%

Famílias Rurais. Além disso, a lei possibilitou a inserção nas estatísticas oficiais em conjunto com a publicação dos dados do Censo Agropecuário de 2006, impulsionando transformações na relação entre Estado, políticas públicas e privadas no âmbito da produção familiar. Exemplo disso é o incentivo à formação de organização de produtores rurais expresso em um artigo da lei 11.326, que diz “podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo Conselho Monetário Nacional”, incluído pela Lei n. 12.058, de 2009. (BRASIL, 2006).

¹¹São 19 produtores entrevistados/observados durante a pesquisa.

¹²Cabe pontuar que neste trabalho, o conceito adotado foi o da Lei nº 11.326. Na Lei nº 11.326 a agricultura familiar foi assim definida: Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

com ensino fundamental incompleto, configurando uma população de produtores rurais de 80% com baixa escolaridade.

As motivações dos produtores para a permanência na associação são a sobrevivência via grupo e a conquista de financiamentos facilitados quando feitos coletivamente. Outro aspecto importante também é a existência formal de uma preocupação ambiental entre os associados, sendo esta uma das pautas da associação. No entanto, verificou-se que a maior parte dos produtores-associados se consideram tradicionais, e utilizam produtos agroquímicos em seus cultivos, revelando uma divergência entre o discurso da agência governamental que acompanha proximamente as atividades da associação e a representação que os indivíduos têm de si mesmo e de suas práticas. Um dos associados-fundadores que acabou tornando-se um informante-chave para esta pesquisa, relatou que uma das motivações para criar a associação de agricultores da cidade de Taquaritinga foi sua participação em outra associação de produtores de produtos orgânicos localizada no município de Ibitinga¹³, caracterizada amplamente por agrupar agentes produtores-consumidores de produtos diferenciados (orgânicos, *fair-trade*, etc.), associados a altos níveis de escolaridade e um “fazer empreendedor” incitados pelas próprias estratégias de valorização de mercados diferenciados. Além disso, os resultados de pesquisa sobre o Instituto ANNONA evidenciam que a cooperação via associação é um aspecto fundamental para o desenvolvimento da produção orgânica (TROIANO, 2015).

Tal fato denota a influência de outras experiências associativas na constituição da associação observada por esta pesquisa. Formalmente, a associação carrega como objetivo a prestação de serviços que possa contribuir para o desenvolvimento e racionalização das atividades agropecuárias, bem como a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais dos associados. Outro aspecto, que se destacou nas observações de campo, foi a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um dos principais dispositivos de inserção produtiva dos agricultores observados, que é também uma das políticas que condiciona a participação dos produtores à criação de associações e cooperativas.

estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. (BRASIL, 2006).

¹³Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável foi fundado em 2009 associado ao AGROSEBRAE. É formado por dissidentes da COAGROSOL – Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis –, a associação se une especialmente em razão da certificação orgânica e da assessoria técnica e gerencial proporcionada pelo SEBRAE (TROIANO, 2015).

Um dos entraves estruturais que mais influenciam nas formas de participação dos associados nas atividades da associação se refere aos atrasos dos repasses financeiros advindos da comercialização via o PAA. Esses atrasos causam diversos conflitos na dinâmica da associação gerando uma série de desentendimentos entre os associados e a diretoria, devido à sobrecarga burocrática e administrativa que se coloca aos diretores, e até mesmo pelo não-entendimento de todos os processos burocráticos que envolvem a participação nessas políticas.

Nesse sentido, algumas análises apontam que este programa em específico amplia as práticas de mercado e o fortalecimento dos laços sociais entre os associados (GRISA; SCHNEIDER, 2014), por outro lado, a melhora qualitativa das organizações coletivas vinculadas ao PAA ocorrerá se existir uma articulação sólida com as instâncias governamentais responsáveis pela execução do programa (CATIs, Prefeituras, Sindicatos), além de um aumento dos recursos. Do contrário, essas organizações podem criar relações de dependência e de instrumentalização com o programa.

Além do mais, outra dificuldade observada refere-se às demandas de tecnologia que poderiam ser atingidas de modo mais satisfatório com investimentos em infraestruturas e profissionalização da produção, logística, contabilidade e informática (MELO; SCOPINHO, 2015).

As políticas públicas como propulsoras de novas formas de viver e produzir no campo

De saída, pode-se afirmar que esta pesquisa engloba experiência associativa cuja “fonte” impulsionadora é construída a partir de incentivos institucionais. Análises de experiências brasileiras chamadas de “pactos territoriais”, que compõem o projeto de desenvolvimento pautado na elevação do capital social, revelam algumas ações básicas norteadoras, como, por exemplo, a organização/mobilização dos agentes envolvidos em torno de uma idéia-guia; a participação dos agentes não só na execução, mas na elaboração dos projetos; dentre outros (ABRAMOVAY, 2000). No caso de programas como o PRONAF, por exemplo, os agentes interessados são condicionados a participarem dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, de associações, cooperativas etc; representando as mudanças de ordem institucional e normativa.

No que se refere à emergência de associações de produtores rurais, pode-se entender que a visibilidade destas organizações aumenta na medida em que o Estado brasileiro

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

condiciona o vínculo com as políticas públicas à participação em associações. Embora, de saída, fosse possível restringir a compreensão das associações como facilitadores de acesso a crédito e infraestruturas, cabe refletir sobre a correlação de forças que se estabelece entre a organização das demandas de um grupo via associação e a proposição destas como garantia de direitos diante de outros segmentos da sociedade.

São diversas as interpretações sobre os motivos que encadearam a multiplicação de associações de produtores rurais em múltiplos processos organizativos. De mais a mais, em linhas gerais, as associações surgem como um meio facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas diante das instâncias governamentais. Concomitante a estas demandas, o Estado brasileiro passa a vincular as políticas públicas voltadas para esse segmento – financiadas amplamente pelo Banco Mundial - à participação em associações. Verifica-se a interlocução com mercados locais e regionais relacionados diretamente a processos associativos entre os produtores. Em vista disso, constata-se, por exemplo, um aumento expressivo do número de associações ao longo dos anos ilustrado pela tabela a seguir:

Tabela 1 - Evolução no **número de associações** vinculadas ao Projeto Estadual Microbacias Hidrográficas II nos anos de 2002 a 2009

ANOS	Número de Associações atuantes no Projeto Microbacias Hidrográficas II	Aumento em Porcentagem (%)
2002	175	-
2003	212	21,14%
2004	274	29,24%
2005	376	37,22%
2006	421	11,97%
2007	491	16,63%
2009	520	5,29%

Fonte: Organização Rural (2011).

É perceptível o discurso e o esforço de incentivo para que os produtores tornem-se agentes participantes nos processos de implantação e consolidação das políticas públicas, principalmente por meio do contato com os extensionistas da CATI (economistas, sociólogos, agrônomos, engenheiros, etc). No plano jurídico, verifiquei que a Lei Complementar de Taquaritinga, nº 3601, de 05 de Janeiro de 2007, estabelece:

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

Art. 22 I - estímulo à criação de mecanismos que visem à comercialização direta do produtor para consumidor; II - incentivo à produção de alimentos de baixo custo e de animais utilizados para consumo com ciclos de vida curtos e animais para produção de seus derivados; III - estímulo às pequenas propriedades a se harmonizarem com o ambiente natural; IV - desenvolvimento de ações e projetos que visem fortalecer o produtor da área rural a organizar-se em forma de associações e cooperativas de produtores; V - incentivo e cooperação na viabilização de entreposto de comercialização e distribuição de produtos da área rural, como unidade associativa ou de parceria dos produtores, objetivando o fortalecimento dos negócios empresariais; VI - incentivo e estímulo à viabilização de agroindústrias e empresas que possam agregar valor ao produto original, objetivando incrementar a capacidade econômica local; VII - fomento a diversificação da produção e culturas agrícolas; VIII - estímulo às práticas agrícolas que utilizem insumos naturais aos químicos; IX - estímulo ao desenvolvimento de assistência técnica e incentivo à pesquisa e tecnologia, visando aumentar a produtividade; X - desenvolvimento de plano de controle de erosão e conservação do solo; XI - estabelecimento de uma política agrícola de desenvolvimento rural sustentável. (TAQUARITINGA, 2007).

Em relação à lei municipal encontram-se os seguintes artigos na seção que define as atribuições da secretaria municipal de desenvolvimento sustentável:

XV- propor, coordenar e executar políticas públicas e ações voltadas para o fomento e apoio à agricultura familiar. XVI – executar programas municipais de pesquisa e fomento à produção agrícola e ao abastecimento, especialmente de hortifrutigranjeiros e alimento de primeira necessidade; XVIII – selecionar os meios mais efetivos de escoamento e comercialização da produção de alimentos e gêneros de primeira necessidade produzidos no Município, inclusive pela agricultura familiar; XXIV – incentivar e apoiar a formação de associações de produtores rurais. (TAQUARITINGA, 2015).

Sobre os incentivos institucionais, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) surge como uma medida de enfrentamento de problemáticas sociais reveladas com o Censo Demográfico de 2010, o qual atentou para 47% da população em situação de extrema pobreza residentes da zona rural (IBGE, 2012)¹⁴. O plano estabelece os objetivos e ações governamentais para o desenvolvimento rural brasileiro, com o objetivo de superar tais problemas por meio de estratégias de combate às desigualdades no campo, geração de renda e preservação dos recursos ambientais, que tem como eixo principal o fortalecimento da agricultura familiar. Uma das matrizes organizativas,

¹⁴ Dentro desse ambiente rural, 5,3 milhões de pessoas ascenderam socialmente. A pobreza teve uma queda expressiva, com redução da taxa de pobreza rural de 54%, em 2001, para 33%, em 2009, e da taxa de pobreza extrema de 28% para 14%, no mesmo período. Entre 2003 e 2011, a renda média dos domicílios da agricultura familiar teve um crescimento real acumulado de 52%, com fortalecimento expressivo da renda proveniente do trabalho (BRASIL, 2013).

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

estabelecidas pelas políticas de desenvolvimento rural do país, é a organização econômica das famílias por meio de associações e cooperativas que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2013) teria por objetivos fortalecer os mercados locais, facilitar o domínio dos produtores sobre as cadeias produtivas e favorecer as redes de solidariedade nos processos de produção, distribuição e consumo.

Cria-se então uma nova condicionalidade para que agricultores (tanto assentados quanto proprietários) possam participar de linhas de crédito, políticas públicas e outros recursos. A obrigatoriedade do vínculo em associações e/ou cooperativas gerando, dissensos interpretativos sobre o papel do Estado ao intervir nessas organizações civis. Uma interpretação possível é pensar que a cooperação/associação institucionalizadas pode distanciar da participação ativa e organizada dos agentes, assim como pode desmobilizá-los politicamente, reproduzindo – intencionalmente ou não – apenas o modelo de sociabilidade clientelista e produtivista da terra (SCOPINHO, 2012). Esse cenário dá indícios dos motivos pelos quais observei em pesquisas de campo durante a graduação, associações de produtores rurais organizadas nos 19 municípios visitados.

Na associação estudada nesta pesquisa de mestrado em particular, o paradoxo teórico que se refere ao associativismo enquanto um meio de “libertação” dos produtores via cooperação organizada ou enquanto um ambiente de alienação e reprodução do *status quo*, se exprime nos conflitos decorrentes da heterogeneidade de **sentidos** que os agentes associados atribuem à associação. Num esforço heurístico, percebi a existência de dois tipos de racionalidades que norteavam as ações dos indivíduos: aqueles para os quais a participação na associação acontecia apenas para o alcance de objetivos individuais e notoriamente econômicos, e aqueles para os a participação aparecia de forma mais engajada e ideológica, no sentido de criar uma alternativa ou uma nova forma da relação entre trabalho e a terra.

Exemplo disso é uma disputa iminente, entre agentes específicos pela “diretoria” da associação, e, para além da diretoria em si, o que está em jogo/disputa são projetos diferentes de gestão; os conflitos observados decorrentes desse processo se relacionam, na maioria das vezes, a tensões entre as práticas (da produção) e as leis que direcionam as atividades da associação. Assim é preciso pontuar que o associativismo institucional coloca uma série de práticas jurídicas que precisam ser incorporadas e conformadas pelos associados.

Em síntese, observa-se um “discurso institucional do associativismo” enquanto uma saída econômica viável, socialmente justa e politicamente bem ajustada aos princípios democráticos.

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

A incorporação das práticas associativas e cooperativas, organizadas por pequenos e médios agricultores no âmbito das políticas públicas, visa amplamente fomentar novas práticas de desenvolvimento, pelas quais o processo produtivo passa a compreender também – além dos aspectos econômicos – as características culturais, sociais e políticas, criando uma ruptura com as visões setorialistas da sociedade. No entanto, é perceptível, tanto com o referencial bibliográfico levantado quanto com as percepções de campo, que existe uma considerável distância entre a institucionalização e as condições objetivas e subjetivas que os agricultores encontram para essa forma de organizar o trabalho. As formas de organização coletiva (associações e cooperativas) passam a ser incorporadas por práticas governamentais, adquirindo redefinições em seus formatos, conteúdos e nas práticas do ato de associar-se.

Nesse sentido, entendo a associação (no sentido de se associar) e o associativismo como processos diferentes, pois envolvem uma série de conflitos, da assimilação e acomodação cultural. Além disso, a racionalidade econômica coloca transformações também nos processos cooperativos e associativos. Nesse sentido, compreendo as políticas de desenvolvimento territorial como uma estratégia contemporânea de gestão dos territórios, criação de mercados e inserção competitiva - a partir das forças produtivas típicas do chamado “mundo rural”, que dialoga com o desenvolvimento técnico-científico. Para isso recupero a priori dois textos clássicos da sociologia com o objetivo de pensar como elementos internos de uma comunidade impactam no desenvolvimento econômico e político. Os supracitados textos se debruçam sobre aspectos que passam a ser valorizados na dinâmica do processo produtivo, deixando de ser consequência e, passando a ser condição de inserção. O objetivo não é se orientar metodologicamente a partir desses textos e procurar regularidades e semelhanças entre a realidade observada por esses autores com os resultados dessa pesquisa, mas encorpar a compreensão de elementos apontados pelos autores em contextos contemporâneos.

A começar, Weber (1979) analisa a gênese do capitalismo comparando as experiências da Alemanha e dos Estados Unidos, a partir de suas formações agrárias. Aponta que o sul, sudeste e oeste alemão apresentavam maior incidência de trocas nos pequenos mercados locais, o que facilmente sugeriu maior diversidade de todos os gêneros, tanto de produtos, quanto de cooperação linguística, de dádivas e de relações de reciprocidade. Por outro lado, ocorre que, no nordeste e no leste alemão, a dissolução do feudalismo fomentou uma incidência de faixas de terras intercaladas entre propriedades camponesas e em mãos dos senhores de terras; diferentemente do oeste, sul e sudeste, a ocupação do território propiciou elementos marcadamente comunitários, organizados em pequenas comunidades rurais,

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

sugerindo dessa forma relações de interdependência no que toca a trocas de todos os gêneros. O aspecto abordado no texto que mais me interessa é o fato de que, nestas regiões, onde as características do “moderno capitalismo” estavam ausentes, o capitalismo industrial se desenvolveu.

O grande êxito da formação de cooperativas entre os pequenos agricultores da Europa continental deve ser atribuído a essas vantagens peculiares de intensidade e alta qualidade do trabalho, interesse privado nele e adaptabilidade às exigências do mercado local que, em certos ramos de produção, o pequeno agricultor responsável possui em relação ao trabalhador contratado do grande fazendeiro. Essas cooperativas revelaram-se como o meio mais influente para educar o camponês na agricultura. Através delas, criaram-se novas comunidades agrícolas, que unem os camponeses e dirigem seu raciocínio e seu sentimento econômico numa direção contrária à forma individualista que a luta econômica pela existência toma na indústria, sob a pressão da concorrência (WEBER, 1979, p.418).

Os aspectos comunitários existentes na dinâmica de determinadas regiões da Alemanha, como dádiva, reciprocidade, comunicação, interação, dentre outras, influenciaram o desenvolvimento do sistema de produção. No trecho acima, atenta-se para a importância das cooperativas para a “internalização” da racionalidade capitalista entre os camponeses, sem, no entanto, distanciá-los completamente dos valores tradicionais.

Marx (1983) demonstra, de maneira homóloga, a partir da “teoria do valor-trabalho”, mercados de trocas vinculados a comunidades rurais e à economia familiar como elementos integrantes do circuito de “valor de uso”, que não se integravam ao mercado de trocas e de valorização do capital, além do aspecto político dado ao isolamento entre os camponeses, compreendendo este como fator objetivo e subjetivo para o não-desenvolvimento da representação desses enquanto classe. Marx mostra que a dinâmica interna - produto da condição de isolamento - no microcosmo de cada comunidade camponesa composta por famílias, intensificou o mercado de troca local, possibilitando a emergência de relações cooperadas que se desenvolviam paralelamente ao grande mercado capitalista. Por outro lado, tal condição dificultava a tomada de consciência de classe e da organização racional do trabalho.

Os dois autores indicam aspectos da comunicação, da interação e da cooperação¹⁵ como fatores centrais do desenvolvimento econômico e político das regiões, e mais importante enfatizam às diferenças históricas e não as características naturais dos territórios ou diferenças de talento econômico para explicar especificidades,

¹⁵A comunicação e a cooperação que se fala aqui são as que produzem organização na dinâmica associativa.

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

A partir disso, a hipótese que norteia o presente trabalho consiste em revelar que os elementos basilares verificados por Marx e Weber nas comunidades rurais da Alemanha e da França, atadas a vínculos tradicionais foram transformados pelo desenvolvimento do Estado moderno e da racionalidade do mercado. Se para Weber (1979) a racionalidade econômica adentraria de tal forma na sociedade de maneira a dissolver os vínculos tradicionais que caracterizavam as “comunidades rurais”, para Marx os aspectos comunitários das comunidades rurais impediam o enquadramento destas na lógica da sociedade industrial emergente.

O antigo camponês é, assim, transformado num trabalhador que é dono de seus próprios meios de produção, como podemos ver na França e no Sudoeste da Alemanha. Mantém sua independência devido à intensidade e alta qualidade de seu trabalho, que é aumentado pelo interesse privado nele e sua adaptabilidade às exigências do mercado local. Esses fatores lhe dão uma superioridade econômica que continua, mesmo quando a agricultura em grande escala poderia predominar tecnicamente (WEBER, 1979, p.418).

Ocorre que a associação dos valores e características das comunidades tradicionais (como aponta Weber) ou sociedade camponesa (dito por Marx) com a racionalidade econômica da emergente sociedade industrial, reúne elementos fundamentais para o desenvolvimento de novos territórios produtivos. Outro aspecto importante é que esta combinação não conserva a separação entre a sociedade rural e a sociedade urbana, dando início a um processo de superposição que se complexifica e continua em curso no desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, a recuperação de formas produtivas que pareciam extintas surge como resposta à crise de um tipo de organização e gestão do trabalho. Tais formas recuperam um saber desprezado pelo evolucionismo tecnológico e que passa a integrar a nova dinâmica do conhecimento necessário à produção.

Elementos como o da comunicação e da cooperação são comumente entendidos como não quantificáveis. Contrapondo-me a isso, entendo-os a partir deste recorte teórico e empírico como potencialidades produtivas nas dinâmicas da denominada agricultura familiar enfocando a experiência do interior paulista. A mobilização da cooperação e da comunicação, que se constituem ou estão em vias de se constituírem no interior dos espaços de associações, são movimentos fundamentais para a construção de novas possibilidades políticas, sociais e econômicas para esses grupos.

Essa linguagem, além de ser de tipo formal (abstrata, artificial, totalmente simbólica), deve ser lógica, pois é virtude de suas regras e de sua gramática que se pode usá-la no interior da firma (ou no sistema de “produção em rede” que inclui várias firmas); vale dizer, no próprio interior de uma

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

“comunidade social” na qual o agir de um não deve entravar os agires dos outros, mas, ao contrário, deve favorecê-los e potencializá-los (MARAZZI, 2009, p.31).

Nesse sentido, este debate é fundamental para a compreensão da experiência associativa com a qual estamos dialogando, pois se situa no contexto de valorização de políticas territoriais a partir de investimentos políticos-institucionais, e sobre o desenvolvimento de escalas locais a partir do investimento na participação da sociedade civil no processo de implementação e consolidação destas políticas. Estes investimentos têm como pano de fundo, ao menos no discurso, a ideia de desenvolvimento que ultrapassa o crescimento meramente econômico, tendo como pressuposto também a ampliação da qualidade de vida para a população envolvida, e o incitamento a práticas sustentáveis.

Para tanto, é preciso contextualizar e resgatar acontecimentos históricos, políticos e culturais que ocasionaram tais mudanças de paradigmas na relação entre estado e sociedade civil. A crise do sistema capitalista dos anos de 1970 colocou a necessidade de se criar novas estruturas produtivas que paulatinamente foram substituindo as formas “fordistas” de produção e desenvolvimento – caracterizadas amplamente pela forte intervenção do Estado que, embora tenha propiciado a elevação das taxas de crescimento, não reduziu as desigualdades entre as nações.

Esse cenário de aprofundamento da distribuição desigual dos resultados do desenvolvimento colocou em evidência as mais recentes discussões sobre o enfoque territorial do desenvolvimento, no sentido de propor um desenvolvimento a partir das localidades, a fim de um processo mais inclusivo, como estratégia alternativa para o enfrentamento da crise. O protagonismo da perspectiva local-territorial do desenvolvimento ganha corpo tanto nos espaços acadêmicos quanto nos políticos (Banco Mundial, FAO, BID, etc.), ambos passam a recomendá-lo como nova estratégia de gerenciamento e planejamento.

Algumas análises críticas ao enfoque territorial do desenvolvimento apontam para certo idealismo ao pressupor que a racionalidade dos agentes, ao tomarem decisões “empreendedoras” diante de condições desiguais e irregulares, acabaria por superar os conflitos locais ou regionais. Neste trabalho, apoio-me em perspectivas que compreendem o território como uma produção sociocultural, na qual as estruturas locais estão vulneráveis aos movimentos globais, e estes, por sua vez, são absorvidos de formas diferentes pelas localidades. Assim, compreendo o território a partir de uma perspectiva dialética e que transpassa as visões que privilegiam a microeconomia em detrimento da macroeconomia

(localismo), ou a visão globalizante que privilegia as razões macroeconômicas em detrimento das “micro”.

Nesse sentido, Haesbaert (2002) colabora ao compreender que os espaços se tornam mais fluidos, sugerindo a necessidade constante de reconstrução social dos laços econômicos e culturais, devido à tendência de uniformização cultural, paradoxalmente atrelada a um reforço das identidades locais.

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2002, p. 92).

Abramovay e Veiga (1999) aponta para uma *nova dinâmica territorial*¹⁶ configurada por uma nova organização do espaço e das atividades do campo, e por uma tendência dos agentes sociais em mobilizar características específicas às regiões que habitam para a construção de novos mercados e novas possibilidades culturais e políticas. É certo que esse processo acontece combinado com políticas públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento territorial e local, cenário esse que denota a capacidade dos agentes do campo frente aos avanços da monocultura como atividade dominante (WANDERLEY, 2000).

Esta pesquisa acompanha o pressuposto teórico que aponta para uma autonomia das redes de produção, que não se atrelam somente a fatores funcionais e/ou tradicionais, mas que são consequências de novos comportamentos sociais, conflituais e inovadores (NEGRI; HARDT, 2001). Dessa forma, esta pesquisa aponta para a emergência de agentes produtivos que no contexto da reorganização do trabalho¹⁷, e que no limite, mobilizam e organizam fluxos materiais e imateriais existentes no território e na comunidade em que atuam (COCCO; GALVÃO; SILVA, 2002). O aspecto político que se traduz nos agentes provém do fato de que a produção, apoiada em um sistema que se baseia no território, passa a funcionar dependente das forças cooperativas e associativas que são mobilizadas entre os agentes.

¹⁶A nova dinâmica territorial apontada por Abramovay difere da tradicional concepção setorial do campo caracterizada fundamentalmente por mobilizar o capital econômico. Essa nova dinâmica caracteriza-se por articular diferentes tipos de capitais, simbólicos, sociais, políticos, dentre outros.

¹⁷Como se sabe, a reorganização do trabalho acontece na medida em que o modelo vigente, o fordismo, não conforma as contradições do próprio sistema capitalista; nesse sentido, alguns autores apontam que a rigidez caracterizada pelo modelo de produção fordista exigia uma produção em massa que na maioria das vezes não comportava o mercado de consumo invariante. (HARVEY, 1994).

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

Na produção de tipo fordista¹⁸, a ação produtiva caracteriza-se por criar condições propícias à produção e ao desenvolvimento do processo cooperativo, conquanto as transformações na organização do trabalho provocaram mudança do “local” da produção. Assim, o modelo de fábrica passa a dividir espaços com o modelo de território. A concentração de diversos agentes produtivos dissolve o processo cooperativo por toda a trama social, fazendo com que esse e a produção aconteçam independentemente da presença da figura tradicional do “empreendedor” e da fábrica.

Como se sabe, as metamorfoses do “mundo do trabalho” criaram, a partir da reestruturação econômica, política e social, novas experiências no âmbito da produção e da vida social, tecendo um ambiente institucional em bases econômicas, sociais e geográficas inteiramente distintas da rigidez fordista. Novos pesos para inovações comerciais, tecnológicas e comerciais (HARVEY, 1994).

Nessa linha, algumas qualificações do modelo rígido de produção se desintegram e se desorganizam, ou se reorganizam e se mostram de maneiras diferentes na sociedade. Harvey aponta, por exemplo, algumas novas tendências e configurações no *novo capitalismo*: mercados organizados em redes; lideranças participativas; gerências estratégicas; múltiplas tarefas; organização cada vez mais horizontal do trabalho; agregação, aglomeração e integração espacial no trabalho; a configuração do Estado/cidade “empreendedor”; a intensificação da intervenção estatal direta em mercados através da aquisição; o aumento de políticas regionais “territoriais”, dentre outras. Outra transformação importante se deu no âmbito das relações entre indivíduo e produção, e esfera pública e esfera privada. Nesse sentido, a relação entre indivíduo e produção pertencia ao âmbito das relações privadas, enquanto a dimensão cidadã conferia ao indivíduo existência pública.

O pressuposto é que essas novas configurações espaciais, no sentido amplo, apontadas e aceitas por muitas correntes e estudiosos da nova organização capitalista, se inserem no debate das *razões globais* e nos levam às *razões locais* com as quais convivem dialeticamente (SANTOS, 2002). Tendo em vista esse contexto, o campo de pesquisa demonstra que o desenvolvimento de atividades associativas entre pequenos e médios produtores familiares está relacionado a um perfil produtivo novo na medida em que se verificam correlações entre as experiências a partir da comunicação, da troca de informações e da valorização de

¹⁸Gramsci em *Cadernos de Cárcere* define os novos métodos de organização do trabalho como “inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida” (GRAMSCI, 2011, p.94). Em linhas gerais, aspectos como a separação entre gerência, concepção, controle e execução foram acentuados, além da intensificação da produção e do consumo em massa (HARVEY, 1994).

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

características locais e regionais, acompanhados de altos níveis de escolaridade e trabalho em grupo.

O cenário com o qual me deparei no campo de pesquisa revela e reafirma que as configurações singulares e próprias a cada “território” e a cada “grupo de agentes” são construídas por meio de ações fundamentalmente políticas (NEGRI; HARDT, 2001), no sentido de que as ligações entre a cadeia produtiva e o processo cooperativo depende, não raramente, das relações de confiança, reciprocidade e do cumprimento de compromissos coletivos entre os agentes.

Além disso, fatores altamente subjetivos como a confiança, a comunicação, a troca de informações, a cooperação, o conhecimento, são fundamentais para engendrar um ambiente institucional menos desfavorável para a produção familiar diante da grande produção dominante, no sentido de que tais aspectos podem criar possibilidades políticas, sociais e econômicas.

Além do mais, se pensarmos - realizando as necessárias mudanças - com base nos desdobramentos do caso da Terceira Itália¹⁹ expressamente analisado por Bagnasco (2002) e Putnam e David (1996), a configuração socioterritorial de pequenas e médias organizações num processo de consolidação de capacitações endógenas em diálogo com a comunidade local, gera possibilidades de cooperação competitiva com outros nichos de mercado e mobiliza a geração das chamadas *externalidades positivas*²⁰.

É claro que a realidade brasileira se expressa de maneira diferente e coloca desafios na validade de pensar as experiências de desenvolvimento econômico impulsionadas pela cooperação e pela comunicação; no entanto, tais análises apoiam o exercício de tentar compreender as novas relações entre produção e território, entre trabalho e sociedade, entre produção e consumo, etc. se considerarmos que essas novas formas de produzir e consumir estão relacionados a formas de produzir “sociocooperativamente” incipientes no fordismo²¹ (COCCO; GALVÃO; SILVA, 2002).

¹⁹ A experiência italiana de desenvolvimento industrial ficou comumente conhecida por esta expressão que derivou-se da divisão de regiões pelos seus respectivos desempenhos econômicos, onde o noroeste tradicionalmente rico era denominado de primeira Itália, mas passava por uma crise profunda. O Sul de pouco progresso era denominado de segunda Itália. E a região do centro e do nordeste, mostrava-se em crescimento, através de aglomeração de pequenas firmas, sendo denominada então de Terceira Itália. Historicamente falando, é possível afirmar que o modelo da Terceira Itália é constituído de um misto de “distritos industriais”, “sistemas locais de produção” e “clusters”. Putnam e David (1996) afirma que a terceira Itália caracteriza-se pela organização dos produtores e pelo apoio do governo, dessa maneira, fundamenta-se nas relações sociais entre as empresas, o governo e a sociedade em geral.

²⁰ Externalidade é o efeito secundário gerado numa atividade qualquer.

²¹ Para os autores alinhados a esta corrente teórica, as mudanças ocasionadas pelas transformações do modelo fordista podem ser analisadas a partir de três eixos principais de discussão: a) as relações entre produção e o

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

Além disso, a rede de relações que se forma a partir da cooperação entre comunidade e território pode internalizar as inovações tecnológicas nos processos locais-cooperativos de aprendizagem produtiva. Dessa forma, pensar a cooperação e a comunicação como objetos de pesquisa implica entendê-las como partes integrantes das transformações produtivas e da construção de novos atributos produtivos de valor econômico, social, simbólico e político que caracterizam o pós-fordismo e conformam a chamada ruptura de paradigmas.

No caso brasileiro, os processos de comunicação e cooperação entre indivíduos do campo estão expressivamente atrelados às práticas extensionistas rurais, e, no interior paulista, observa-se a materialização de tal prática por meio da atuação das Coordenadorias de Assistência Técnica e Integral (CATI). Nos seus primórdios, a extensão rural no Brasil surge para implantar o pacote tecnológico com o objetivo de aumentar a produtividade no “campo”, numa perspectiva de “cima” para “baixo”, na qual o Estado, as universidades e outras instituições difundiam o “conhecimento” sem considerar as experiências, as necessidades e os objetivos dos grupos atendidos.²² Na segunda metade dos anos 80 com a redemocratização do país a EMBRATER²³ apresentou uma significativa mudança em seu discurso institucional, apresentando as primeiras noções de desenvolvimento sustentável vinculada às práticas extensionistas. No entanto, o que ainda persiste e muitos trabalhos indicam isso, dentre eles o de Bergamasco (1993), é a persistência, entaves e resquícios dos velhos comportamentos difusionistas e de atuais influências do Estado.

Em conjunção com as transformações produtivas no universo econômico, político e social, as mudanças de paradigma nas atividades extensionistas acontecem na medida em que a metodologia “difusionista” torna-se obsoleta e insuficiente para atender as demandas políticas, econômicas e sociais, passando-se a considerar a realidade cultural total dos agentes do campo. À guisa das transformações associadas à globalização, à alimentação, às relações entre produção e consumo e à ambientalização dos processos de produção e consumo, emergem políticas públicas – PRONAF, PAA, PNAE e PPAIS - numa perspectiva de

território; b) relações entre produção e cidadania e c) relações entre os atores produtivos e a emergência da figura do “empresário político”.

²² Pode-se dizer que a extensão rural no Brasil dividiu-se em três fases. A primeira refere-se ao “humanismo assistencialista”: o principal objetivo era integrar as famílias rurais ao mercado. A segunda denomina-se “difusionismo produtivista” (1964-1980), que aspirava a aquisição do pacote tecnológico e modernizante pelos produtores; a principal instituição atuante era a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Nesse período, também surge a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Cabe ressaltar que os agricultores familiares que não tinham acesso a crédito ficavam marginalizados do processo de extensão rural. A partir dos anos de 1980, surge a terceira fase, na qual há um processo de mudanças de paradigmas da extensão rural baseada no preceito do “desenvolvimento participativo” que deve fundamentalmente considerar aspectos culturais, políticos e sociais dos grupos alvos (FARRINGTON et al., 2002).

²³ Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, então responsável pela coordenadoria nacional da Extensão Rural, extinta em 1990, no governo Collor.

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

valorização da agricultura familiar no Brasil, em contraste ao processo modernizador e tecnológico tão difundido nos anos de 1960/1970 no campo.

É nesse contexto que se configura um novo cenário institucional caracterizado por práticas “extensionistas” diferenciadas, fundamentadas pelo diálogo entre técnicos e produtores, além de melhorias nas práticas produtivas. Nesse panorama, consolida-se o incentivo à formação de pequenas organizações de produtores familiares com o objetivo de distribuir renda de forma equitativa por meio de vendas coletivas e comercialização conjunta. Como consequência, a comunicação e a cooperação são mobilizadas por meio do aprofundamento e da ampliação das relações na dinâmica de um grupo, construindo a reciprocidade econômica através de um quadro comum de interesses e objetivos (POLANYI, 1980).

Nesse sentido, diversas análises têm destacado o papel do Estado no processo de “empoderamento” de segmentos sociais desfavorecidos por meio da combinação de serviços sociais (no geral, políticas públicas) ao combinar essas ações com a participação dos agentes no desenvolvimento das políticas. Sobre isso, Durston (2002) afirma:

Os incentivos que o Estado outorga para que os cidadãos se associem com o objetivo de receber algum benefício, têm o efeito adicional de romper as barreiras seculares de temor e desconfiança e, por essa via, de estimular a confiança ali onde ela não existe, assim como de fortalecer os hábitos de colaboração e associação (DURSTON, 2002, p.46).

Ao mesmo tempo, essas políticas podem se estabelecer como parte do problema para o desenvolvimento do empoderamento e do desenvolvimento territorial, de fato; nesse caso me refiro às políticas públicas voltadas para pequenos e médios produtores familiares, com as quais nos deparamos no campo observado. Pode-se observar, como decorrência de alguns fatores, o aparelhamento e a instrumentalização dos espaços associativos pelas condicionalidades estabelecidas com a participação nas políticas, comprometendo a autonomia de espaços que em tese devem ser de autogestão e de emancipação.

A contribuição mais significativa e com a qual me alinhei nesta pesquisa, traduz-se em não apresentar apenas os aspectos virtuosos das políticas públicas que - ao menos no discurso - se direcionam pelo desenvolvimento territorial e pela ampliação da autogestão em espaços associativos e cooperativos.

À guisa de conclusões

O espaço rural brasileiro vem sofrendo diversas modificações, mas também algumas permanências, afastando-se e ao mesmo tempo aproximando-se do clássico tipo-ideal (nos moldes weberianos) do agricultor. As características dos produtores observados por essa pesquisa indicam tais mudanças e permanências ao percebermos que em seu conjunto tratam-se de agentes que exercem ao mesmo tempo atividades agrícolas e não-agrícolas, combinado à uma escolaridade concentrada no ensino superior, e faixa etária predominantemente jovem (estudos de outras localidades do Brasil indicam exatamente o oposto), embora sejam em sua maioria do sexo masculino e residam na área rural. Assim, percebo que o perfil dos produtores acompanhados une altos níveis de escolaridade, a predominância do sexo masculino na direção das propriedades e idades que se concentram na faixa dos 35 e 46 anos. Em síntese, fatores como a diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas e um agir associativo demonstram a combinação de influências urbanas e rurais na constituição dessas experiências.

A partir da análise das entrevistas com os agentes e dos dados objetivos em relação aos proventos econômicos e sociais adquiridos pelos grupos estudados entendo que as relações econômicas estabelecidas por meio da associação e seus desdobramentos não são determinantes para a reprodução social dos produtores familiares, mas a necessidade de manter a produção familiar enquanto tal incita os agentes a se organizarem também, economicamente; assim o sistema econômico será sempre dirigido por motivações não-econômicas (POLANYI, 1980).

Além disso, compreendo o associativismo como estratégia gerida por uma rede de indivíduos influenciados por um contexto social, inseridos em redes sociais que potencializam e fiscalizam as ações econômicas. Assim, os agentes não agem individualmente e independente de um contexto social, nem tampouco agem passivamente diante das estruturas sociais (GRANOVETTER, 1995). Nesta perspectiva, elementos como a cooperação, a confiança, a ajuda mútua, são privilegiados nas relações estabelecidas entre os agentes e, assim, a regularidade da ação econômica é construída por meio de laços de reciprocidade e confiança.

A partir de uma triangulação analítica sobre o desenvolvimento de processos associativos entre pequenos e médios produtores inseridos na categoria denominada de agricultura familiar, entendo que as transformações do processo produtivo colocadas principalmente pela crise da organização fordista de produção, sugeriram uma revalorização

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

de aspectos típicos das comunidades rurais/camponesas. Elementos como da cooperação, comunicação, reciprocidade e ajuda mútua, insere-as como pontos estratégicos de enfrentamento da crise estrutural.

Dessa forma, aspectos “espontâneos” entram para o circuito de valor do capital, sendo posteriormente apropriados pelas políticas de estado/governamentais como forma de gerenciar os territórios e os grupos sociais. Conforme demonstrado, as mudanças dos referenciais entre o Estado e a sociedade civil e decorrem do ajuste global/setorial; nesse sentido as políticas públicas mudam porque o referencial setorial precisa acompanhar as transformações que acontecem no referencial global. Essas mudanças provocaram transformações na interpretação do mundo da pequena e média produção, e também para o “fazer associativo” dos pequenos e médios produtores ao inserir como condicionalidade de participação em políticas de crédito a formação de associações e cooperativas.

Os primeiros resultados apresentados apontam para a possibilidade de políticas como o PAA e o PRONAF proporcionarem uma via alternativa de comercialização e garantia de renda. No entanto, a burocratização e a administração impostas por esses programas acabam restringindo o trabalho associado a uma participação instrumental, reduzindo a autonomia e autogestão. Nesse sentido, numa co-gestão entre trabalho associado e agência governamental, contudo, é fundamental reconhecer que o desenvolvimento das políticas públicas combinado com o trabalho associativo é um processo em transformação e possibilita uma estabilidade material, além do acesso ao funcionamento das políticas públicas, a outras formas de trabalhar e organizar a produção. Desta feita, os aspectos subjetivos do processo produtivo, como a cooperação, a comunicação, a ajuda mútua e a reciprocidade deixam de ser consequência e passam a ser condição de inserção produtiva. Este processo acontece atrelado às mudanças de referenciais das políticas públicas que desencadearam a necessidade de metodologias diferenciadas para o desenvolvimento rural, em consequência do reconhecimento jurídico-institucional da agricultura familiar.

ASSOCIATIVISM AND FAMILY AGRICULTURE: REFLECTIONS ON AN ASSOCIATION OF RURAL PRODUCERS IN SÃO PAULO'S COUNTRYSIDE

ABSTRACT: *This article, the result of a master's research realized between minor and medium agricultural producers in the county of Taquaritinga in the interior of São Paulo, aims to present the new arrangements, alliances and conflicts that arise from the encounter between two types of social "agents" within the family production. As an analysis, we call "agents" the associated rural producers and the State as a promoter of associativism as conditionality of participation in the public policies of incentive to the family production.*

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

Thus, the main objective of the research is to understand - in a contextualized way - the agents and the forms of production that, not rarely, connect to the new public policies coming from different governmental scales. In this sense, through previous research with producers in the central region of São Paulo, we understand that these agents are characterized by the mobilization of communication and cooperation processes for the construction of political, social, economic and symbolic possibilities

Keywords: *Associativism. Family agriculture. Cooperation. Public policies.*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v.4, n.2, p. 379-396, 2000.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Texto para discussão**, Brasília, n.641, 1999. Convênio FIPE/IPEA 07/97.

BAGNASCO, A. Desenvolvimento Regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.33-44.

BERGAMASCO, S.M.P.P. Extensão Rural: passado e presente no discurso e na prática. In: CORTEZ, L.A.B.; MAGALHÃES, P.S.G. (Coord.). **Introdução à engenharia agrícola**. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p.353-364.

BRASIL. Ministério do Trabalho e emprego. **Economia Solidária**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em 5 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável e Solidário**. 2013. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/pndr/s/>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O censo de 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Orgs Vicente P. M. de Azevedo Marques; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França / Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento. **Cartilha do Associativismo**. 2.ed. Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 1 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 16 dez. 1971.

BRASIL. Decreto-lei nº 59, de 21 de Novembro de 1966. Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional de Cooperativismo e dá outras Providências.

Diário Oficial, Brasília, 21 nov. 1966.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, M. C. P. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: _____. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DO&A, 2002. p.13-32.

DURSTON, J. **El capital social campesino em la gestión del desarrollo rural**. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.

FARRINGTON, J. et al. Can Extension Contribute to Rural Poverty Reduction?: Synthesis of a Six-country Study. **ODI, Agricultural Research and Extension Network**, London, n. 123, Jul. 2002. Available at: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/5206.pdf>>. Access on: 1 Dec. 2017.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 394 p.

GRANOVETTER, K. **Coase Revisited: Business Groups In The Modern Economy**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p.125-146, 2014.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Perfil dos municípios brasileiros 2011**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2011/munic2011.pdf> . Acesso em: 1 dez. 2017.

LIMA J. C. Paradoxos do trabalho associado. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 21, n.1, p. 113- 132, 2009.

MARAZZI, C. **O lugar das meias: a virada lingüística da economia e seus efeitos sobre a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política (livro III)**. São Paulo: Difel, 1983.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ORGANIZAÇÃO RURAL. **Revista Casa da Agricultura**, São Paulo, v.14, n.1, jan./mar. 2011.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PUTNAM, R.; DAVID, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 9.ed. São Paulo: Record, 2002.

SÃO PAULO (Estado). **LUPA**: Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em:
<<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/sobreolupa.php>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

SCOPINHO, R. A. **Processo organizativo de assentamentos rurais**: trabalho, condições de vida e subjetividades. São Paulo: Annablume, 2012.

SCOPINHO, R. A.; MELO, T. G. Participação em cooperativas de Assentamentos rurais: um estudo sobre os sentidos do trabalho. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, n.4, p. 529-541, out./dez. 2015.

SEBRAE. **Perfil do produtor rural**. Brasília: SEBRAE, Jul. 2012. (Série Estudos e Pesquisas). Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/perfil_do_produto_rural_-2012_.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2017.

TAQUARITINGA. Lei nº 4.295, de 09 de Novembro de 2015. Dispõe sobre a estrutura da Prefeitura Municipal de Taquaritinga, cria os cargos em comissão e as funções gratificadas necessárias, procede a uma nova organização e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Taquaritinga**, 09 de Novembro de 2015. Disponível em:
<http://www.transparenciataquaritinga.com.br/taquaritinga/prefeitura/cadastro_anexo/arquivos_agenda/Lei%204295-2015.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2017.

TAQUARITINGA. Lei Complementar nº 3601, de 05 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Taquaritinga e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Taquaritinga**, 05 de janeiro de 2007. Disponível em:
<http://legislacao.camarataquaritinga.sp.gov.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=3689>. Acesso em: 1 dez. 2017.

TROIANO, J. A. **A subjetividade do novo agente produtivo-consumidor na produção orgânica**: algumas experiências brasileiras e espanholas. 2015. 95f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, p.87-145, out. 2000.

Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.